



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

## ATA

### 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

**Ata n.º** 02/2021

**Registo n.º** Interno / 602 / 2021

**Data** – 28 de janeiro/2021

**Início** – 09h30

**Local** – Videoconferência

**Termo** – 13h00



#### **Presenças:**

**Presidente**

Anabela Gaspar de Freitas

**Vice-Presidente**

Fernanda Maria Pereira Asseiceira

**Vice-Presidente**

Vasco António Mendonça Sequeira Estrela

#### **Presidentes Câmaras Municipais:**

**Abrantes**

Manuel Jorge S. Luz Valamatos dos Reis

**Constância**

Sérgio Miguel Santos P. de Oliveira

**Entroncamento**

Jorge Manuel Alves de Faria

**Ferreira do Zêzere**

Jacinto Lopes Cristas Flores

**Ourém**

Luís Miguel Marques G. C. de Albuquerque

**Sardoal**

António Miguel Cabedal Borges

**Torres Novas**

Pedro Paulo Ramos Ferreira Reis

**Vila de Rei**

Ricardo Jorge Martins Aires Reis

**Vila Nova da Barquinha**

Fernando Manuel dos Santos Freire

#### **Outras Presenças:**

**Secretário Executivo**

Miguel Pombeiro

**CIM Médio Tejo**

Rita Trindade

**Sertã**

Paulo Luís





Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

## ORDEM DE TRABALHOS

**09h30**

### INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### Central Termoelétrica do Pego

O presidente da CM de Abrantes deu conta de reunião que teve com o Ministro do Ambiente sobre este assunto, bem como reuniões também com a Tejo Energia e com a TruckEnergy. Refere que é um assunto que tem de estar em cima da mesa, tem de ser abordada a questão da Biomassa ou outro tipo de reconversão nesta central termoelétrica.

Solicitou ao secretário executivo que fosse promovida uma reunião com todos os presidentes de câmara do Médio Tejo para em conjunto poderem avaliar este assunto. Seria importante a CIM poder ter acesso a informação mais técnica (relatórios) para uma melhor discussão do tema.

Ficou o secretário executivo encarregue de articular estas reuniões com o presidente Manuel Valamatos.

Tendo em conta a necessidade de ouvir também os acionistas da Central do Pego, foi acordado que estariam presentes na próxima reunião do CI dia 18 de fevereiro, por volta das 11h30 para nos poderem dar conta e esclarecer o que consideram relevante sobre este assunto.

Posteriormente a esta reunião, deverá a CIM agendar reunião com o Ministro Matos Fernandes. Em cima da mesa ficou em aberto eventual reunião posterior a todas estas com a Nersant.



#### COVID\_19

O presidente da CM do Sardoal Miguel Borges e presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil do Distrito de Santarém deu conta de que em Fátima, na estrutura que existem em Fátima para doentes COVID, existe a necessidade de serem adquiridos colchões e almofadas anti escaras. Foi deliberado, a CIM do Médio Tejo fazer a aquisição de 13 colchões e 13 almofadas com as características acima indicadas.

O presidente da autarquia de Ourém deu conta que nunca foi contactado para conhecer esta estrutura que existe em Fátima, mostrando em parte algum descontentamento. Referiu que a CM de Ourém recebe inúmeras solicitações de apoio e pedidos de ajuda, esclarecendo que os bombeiros de Fátima estão muito sobrecarregados com serviços.

Por outro lado, a dado que também se prevê a necessidade de aquisição de mais máscaras e fatos de proteção, a CIM ficou também de fazer este procedimento para ficar na nossa reserva estratégica. Assim devemos adquirir também 50 mil máscaras FPP2 e 500 fatos de proteção.



#### Vacinação

Deu-se conta que está para ser solicitado às autarquias a identificação de locais com os requisitos que são estabelecidos para o efeito (locais amplos, arejados, que permitam manter o



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

distanciamento) para que assim que for necessário possam ser disponibilizados para a próxima fase de vacinação.

Por outro lado, e no que diz respeito à vacinação dos autarcas já saiu um despacho - Despacho n.º 1090-D/2021, onde refere especificamente os presidentes de câmara.

Todos se vacinarão assim que forem chamados para o efeito.



### **Projeto Caminhos e Cultura para Todos**

O presidente Miguel Borges comentou que as autarquias estão a ser confrontados no sentido de serem pagos direitos de autor a alguns artistas no âmbito do projeto Cultura para Todos. O que está definido é que caso as Câmaras que já tenham iniciado o procedimento de contratação têm segundo a norma de proceder ao pagamento de 50% que diz respeito ao espetáculo em causa. Alguns autarcas não se mostraram muito confortáveis com este assunto, devendo ser analisado. Por outro lado, foi de igual modo referido que no âmbito deste projeto, que tem um financiamento a 100%, e dado a fase que estamos a passar com a Pandemia que se deveria avaliar a possibilidade de se poderem fazer alguns espetáculos online. Por outro lado, devem ser verificadas as elegibilidades e possibilidade de arrastamento de verbas como se está a prever.



### **Plataforma SIGA | Educação**

O secretário executivo deu conta do email que tinha enviado para todas as autarquias informando que no âmbito do PEDIME, tinha sido celebrado entre a CIM e a MEO/Edubox um contrato de prestação de serviços visando a implementação do Observatório intermunicipal da Educação, que inclui o licenciamento da plataforma de gestão escolar SIGA em uso nos municípios do Médio Tejo até junho 2021.

Neste contexto, entrando-se agora no ultimo semestre de execução deste contrato, e considerando também as necessidades adicionais que se colocam à gestão municipal, decorrentes do processo de descentralização de competências na área da educação, pretende-se conjuntamente avaliar o interesse e eventual mais-valia em se avançar para processo conjunto de nova aquisição de plataforma gestão escolar.

Foi então solicitado que nos remetessem informação relativa à atual utilização da plataforma SIGA, bem como uma primeira identificação de necessidades/funcionalidades adicionais que se perspetivam necessárias para o futuro (tendo por referência as várias plataformas existentes no mercado, em uso pelos Municípios e Agrupamentos de Escolas), através do preenchimento de um documento Excel nessa altura também remetido.

Em suma, deu conta de que nem todas as autarquias nos tinham respondido (respetivamente Abrantes, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã e Vila de Rei) solicitando então que o pudessem fazer.

O presidente do Sardoal solicitou o reencaminhamento deste email.



### **Próximas Reuniões do Conselho Intermunicipal**

A próxima reunião ordinária terá lugar no dia 18 de fevereiro com a presença de Susana Meneses para apresentação do Programa de Cultura do Centro, pelas 10h00 e com a presença dos acionistas da Central Termoelétrica do Pego às 11h30.



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

O secretário executivo ficou encarregue de coordenar a apresentação do programa de cultura e o senhor presidente de Abrantes com os acionistas da Central do Pego. Ainda no mês de fevereiro decorrerá uma reunião extraordinária com os seguintes assuntos para já referenciados: ITI, Transição Justa, PRR, PNI, Estratégia 2030



## INFORMAÇÕES

### ➤ **Candidatura da Modernização Administrativa** | Ponto de situação

O secretário executivo referiu que os documentos sobre este assunto da ordem de trabalhos já seguiram um pouco tarde, fruto também de respostas tardias e que se aguardavam por parte das Autarquias.

Foi feito um ponto de situação do andamento dos trabalhos.

Referiu as ações de investimento a candidatar:

1. Atendimento Digital
2. Arquivo Digital, numa ação integrada ao nível da gestão e tratamento da informação física/digital e repositório digital a disponibilizar aos municípios
3. Novos Sites
4. Smart Cities
5. Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas – tem que ter uma ligação clara e inequívoca com as restantes ações de investimento
6. Reestruturação da plataforma SIG

O presidente da autarquia de Ourém referiu que não tem interesse na reestruturação da plataforma SIG optando por financiar o que já tem. Contudo, a sua prioridade é o atendimento digital.

Foi acordado na próxima reunião, caso já surgissem outros andamentos dos trabalhos trazer novamente este assunto com novo ponto de situação.



### ➤ **Pacto para o Desenvolvimento e coesão Territorial da CIM Médio Tejo** | Ponto de Situação

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento dos documentos apresentados. Foi referida a necessidade de potenciarmos ao máximo o aumento de verbas para o nosso território.

O secretário executivo deu conta que já tinha saído no Norte o aviso de concurso para a educação e para a saúde e que deverá sair para nós o mais tardar na próxima semana.



### ➤ **Fundo de Transição Justa**

O secretário executivo começou por comentar que vê alguma preocupação com este fundo, que tem um valor elevado e tem de ser muito bem analisado.

Esclareceu que o Mecanismo para uma Transição Justa (MTJ) foi anunciado em 14 de janeiro de 2020 como uma das componentes do Plano de Investimento do Pacto Ecológico Europeu, constituindo uma das fontes de investimento para a concretização da estratégia de crescimento definida no Pacto Ecológico Europeu, tendo em vista abordar as consequências sociais e económicas da transição verde nas regiões mais afetadas pela transição energética.

O **MTJ** integra três pilares:



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

- ✓ **Pilar 1: Fundo para a Transição Justa (FTJ)** disponibilizado através de subsídios num montante total de 17.500M€, dos quais cerca de 200M€ destinados a Portugal, com possibilidade de mobilizar recursos FEDER/FSE para *matchfunding* nacional;
- ✓ **Pilar 2: componente específica do InvestEU**, para apoiar o investimento privado em atividades de baixo carbono, energias renováveis e eficiência energética e também em infraestruturas de energia e transportes, projetos de descarbonização, diversificação económica e infraestruturas sociais;
- ✓ **Pilar 3: empréstimo do BEI**, ou de outros parceiros financeiros, ao setor público para facilitar a transição para a neutralidade carbónica com o objetivo de alavancar o investimento público, através do apoio a projetos de infraestruturas de energia e transporte, redes de aquecimento e eficiência energética, incluindo a renovação de edifícios.

Deu conta das várias elegibilidades

- ✓ Requalificar e aumentar as competências dos trabalhadores e dos que buscam emprego;
- ✓ Assistência na procura de emprego;
- ✓ Ações de inclusão ativa para quem procura emprego;
- ✓ Outras atividades nas áreas da educação e da inclusão social conforme indicadas no PTTJ, de acordo com o artigo 7º do Regulamento FTJ
- ✓ Apoio ao investimento produtivo em PME, incluindo start-ups, para promover a diversificação e reconversão;
- ✓ Investimentos em novas empresas, incluindo incubadoras e consultoras;
- ✓ Investimentos em investigação e inovação (promover transferência de tecnologias avançadas sustentáveis);
- ✓ Investimento no desenvolvimento de tecnologias e infraestruturas para uma energia limpa e barata, com reduções de emissões GEE, eficiente e renovável;
- ✓ Investimentos em mobilidade local sustentável, incluindo a descarbonização do setor dos transportes locais;
- ✓ Investimentos na digitalização e na conectividade digital;
- ✓ Investimentos na regeneração e descontaminação de sítios, restauração de terrenos e projetos de diversificação;
- ✓ Investimentos na promoção da economia circular;
- ✓ Assistência técnica

Em jeito de conclusão foi efetuado um ponto de situação dos trabalhos, referindo que está prevista a realização de vários momentos de auscultação junto dos *stakeholders* regionais, nos quais se incluem reuniões individualizadas com cada uma das Áreas Metropolitanas (AM) e Comunidades Intermunicipais (CIM) dos territórios que se perspetiva que serão mais afetados por esta transição, com o objetivo de explorar os seguintes tópicos:

- Identificação dos principais desafios sub-regionais que se antecipam deste processo de mudança para uma economia neutra em termos de clima;
- Impactos económicos, sociais e ambientais que se perspetivam na região no decurso do processo de transição no horizonte 2030 (principais riscos a abordar);
- Identificação de empresas e projetos que se antecipam como necessários/ relevantes para este processo de transição na região;
- Estado de progresso dos trabalhos de preparação para o próximo período de programação, em particular no que concerne à definição dos objetivos, prioridades, domínios de intervenção e respetivos planos de ação de cada um dos níveis relevantes no que concerne à transição para a neutralidade climática (incluindo transição justa);
- Tipologias de instrumentos e tipologias de projetos que se consideram prioritárias para mobilizar no quadro do Fundo para Transição Justa (FTJ);
- Modelo de governação preferencial a adotar para implementação do Plano Territorial para a Transição Justa na região [Que entidade(s) deve(m) liderar a implementação do FTJ na região? Que entidades da região devem participar na governação do FTJ ? Qual o papel que as CIM/AM devem ter no modelo de governação do FTJ];



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

- Identificação de projetos potencialmente relevantes para promover a transição justa na região (e.g. qualificação e requalificação de RH; apoio à procura de emprego; investigação e inovação em tecnologias avançadas e sustentáveis; digitalização e conectividade);
- Identificação de entidades relevantes para auscultação nos *Focus Group* regionais que a EY irá conduzir na próxima fase do projeto.



➤ **V Encontro da Diáspora** | Ponto de situação

O secretário executivo em resultado de conversa que teve com o presidente Luís Albuquerque alertou e referiu que poderá ser prematura a realização da diáspora no próximo mês de agosto nos dias 5,6,7 e 8. Por outro lado, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas também está a analisar esta possibilidade do evento ser adiado.

Referiu que a candidatura já tinha sido submetida em setembro do ano passado, ainda sem resposta, e contempla o valor de investimento de 164.943,00 euros, com uma comparticipação FSE de 85%, no montante de 140.201,55 €.

Referiu que o modelo anteriormente (programa) apresentado, não vai de encontro ao que a atual equipa pretende, ou seja, pretendem um modelo menos formal, mais participativo e que envolva mais todas as intervenientes.

O tema principal deste encontro deverá focar-se na especialização inteligente e o novo ciclo de fundos estruturais.

Neste âmbito deu conta das duas reuniões já realizadas em Ourém com as equipas no sentido de serem avaliados os trabalhos que têm de ser feitos.

Comentou já haver uma proposta de programa ainda que muito insipiente, mas já com algumas definições mais concretas, como por exemplo a realização de um jantar de gala, de um arraial, de possíveis visitas na região.

Próximos Passos...

Aguardamos feedback da Secretaria de Estado relativamente às sugestões apresentadas para podermos começar a preparar toda a logística envolvente ao encontro.

Caberá à CIM do Médio Tejo:

- proceder a todas as contratações para o efeito;
- Preparar um programa para domingo dia 8 de agosto em estreita articulação com as Câmaras;
- continuar a articular com os restantes organizadores o evento.



➤ **Depósitos CIM do Médio Tejo na Caixa Geral de Depósitos** – Comissão de manutenção de contas

O secretário executivo deu conta de que a partir de 28 de Setembro de 2020, a CIM Médio Tejo começou a pagar comissões de manutenção de conta de depósitos à ordem de Clientes Institucionais de Natureza Financeira para os depósitos com saldo superior a 1.000.000€ [0,40%/ano com pagamento mensal + 4% de imposto de selo]. A comissão era aplicada apenas para os montantes que excediam esse montante. Até 31/12/2020, a CIM do Médio Tejo teve um custo médio mensal das suas contas, no valor de 61€.

No final do ano, a Caixa Geral de Depósitos, enviou-nos um ofício a comunicar as alterações do preçário de comissões e despesas a vigorar a partir de 1 de Fevereiro de 2021. As principais alterações são as seguintes:

- Dos 0,4%/ano com pagamento mensal, passará para 0,6%/ano com pagamento mensal;



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

- A comissão é aplicada ao valor total dos depósitos à ordem, quando até 31/01/2021 é apenas ao montante que excede o 1.000.000€.

Esta comissão incide sobre as contas à ordem dos clientes com determinados CAE's, entre os quais a CIM está registada [84130 - Administração Pública - Atividades Económicas)].

Apesar de todos os esforços, junto do nosso gestor de conta, no sentido de que não seríamos *Cientes* Institucionais de Natureza Financeira, ou mesmo solicitando a isenção da comissão em virtude da nossa relação e do tipo de entidade que representamos para a região, todos os esforços foram em vão. A aplicação da comissão é devida e tem o seu início a 01/02/2021.

Desta forma, e porque considera que esta cobrança é desajustada vinha colocar à consideração de todos os presidentes a possibilidade de para já recorrer a mecanismos de depósito a prazo, com garantia de capital aplicado.

Os presidentes aprovaram a proposta apresentada, e referiram que se deverá também ponderar a possibilidade de mudança das contas para outro banco que não proceda deste modo.



## ORDEM DO DIA

**Proposta n.º** 01      **Registo n.º** Interno      281/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Aprovação da ata da reunião anterior – 14 de janeiro/2021 – Documento interno n.º 281/2021

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a ata do dia 14 de janeiro, com a indicação de correção de uma gralha no texto pelo presidente do Sardoal.



**Proposta n.º** 02      **Registo n.º** Interno      240/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Tomar conhecimento sobre o resumo diário de tesouraria, o mapa de participações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados – Informação interna n.º 240/2021

O Conselho Intermunicipal tomou conhecimento dos documentos apresentados respetivamente resumo diário de tesouraria, o mapa de participações em dívida e despesas aprovadas pelo secretário executivo e registo de pagamentos efetuados – Informação interna n.º 240/2021



## PROPOSTAS

**Proposta n.º** 03      **Registo n.º** Interno      292/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

Proposta para proceder à alteração orçamental (Grandes Opções do Plano n.º 2; Orçamento n.º 2)

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a alteração orçamental em causa. A presente alteração tem essencialmente a ver com as necessidades de alojamento dos profissionais que vão estar a prestar cuidados de saúde no Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT). Necessidades essas que se justificam, principalmente, por duas ordens de razões: os longos períodos de horários de trabalho a que os profissionais ficarão sujeitos não estando assim no final dos turnos em condições de fazer viagens longas para as suas residências; e/ou profissionais que entendam não regressar ao domicílio por uma questão profilática em relação aos respetivos agregados familiares. Neste último caso, se não for disponibilizado alojamento o CHMT pode-se ver privado também por esta razão da capacidade de prestação de cuidados por escassez de recursos de humanos de saúde. Uma outra das razões está relacionada com o acordo de Cooperação, com a CIM da Lezíria do Tejo e do Oeste, para lançamento de um único procedimento, para a contratação de serviços para elaboração de um "Estudo para Implementação do Investimento Territorial Integrado", e após novo entendimento relativamente à classificação económica, entendemos proceder à reclassificação do cabimento emitido.



**Proposta n.º** 04 **Registo n.º** Interno 291/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de autorização para a realização de despesa e decisão de contratar; aprovação da escolha do tipo de procedimento; aprovação das peças do procedimento; escolha da entidade a convidar; designação e delegação de competências no júri serviços); delegação de competências no secretário executivo. Procedimento – AD/054/2020 | Plano de Contingência COVID-19: Alojamento de Profissionais de Saúde na região do Médio Tejo – Informação n.º 291/2021

O secretário executivo referiu que atendendo aos prazos que decorrem até à próxima reunião do Conselho Intermunicipal do Médio Tejo e face à pertinência de Aquisição de serviços de Alojamento de Profissionais de Saúde na Região do Médio Tejo, vinha propor a delegação de competências nele para condução do procedimento, designadamente, retificação das peças do procedimento, prorrogação do prazo de entrega de propostas, decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados, aprovação do relatório final do procedimento para efeitos de adjudicação, aprovação da minuta do contrato, gestor do contrato, bem das restantes ações subsequentes. Deste modo, os referidos atos seriam posteriormente remetidos ao Conselho Intermunicipal do Médio Tejo para efeitos de ratificação.

Face ao exposto, o Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a realização da despesa e decisão de contratar, recorrendo ao procedimento de "Ajuste Direto" nos termos previstos na alínea d) do nº1 do artigo 20º do CCP, aprovação das peças do procedimento e escolha da entidade a convidar, para aquisição de serviços de Alojamento de Profissionais de saúde na Região do Médio Tejo, bem como delegação de competências do Júri nos serviços e no Delegação de competências no Secretário Executivo para condução do procedimento nas restantes fases do procedimento, sendo posteriormente presente ao Conselho Intermunicipal do Médio Tejo para ratificação.



**Proposta n.º** 05 **Registo n.º** Interno 133/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta constituição do Fundo de Maneio de 2021 – Informação interna n.º 133/2021



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

O secretário executivo esclareceu que tendo em vista as despesas efetuadas no ano económico de 2020 e aos gastos que se preveem para o ano económico de 2021 em cada rúbrica económica, propõe a constituição do fundo de maneio, em nome do Secretário Executivo, nas rubricas abaixo indicadas, para um valor total de 1.200€:

- a) Combustíveis e Lubrificantes – Rubrica 02.01.02.02 – 50€
- b) Outros bens - Rubrica 02.01.21.01 – 200€
- c) Comunicações - Rubrica 02.02.09 – 50€
- d) Deslocações e Estadas - Rubrica 02.02.13.01 – 300€
- e) Outros serviços - Rubrica 02.02.25.01 – 600€

Salientou que até ao 5º dia do mês seguinte àquele a que se reporta, o responsável do Fundo deverá providenciar a reconstituição mensal, remetendo ao Setor de Contabilidade os documentos, legalmente aceitáveis, justificativos da despesa efetuada, os quais têm de ser passados em nome da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

O Fundo de Maneio deve ser repostado, na sua totalidade, até ao dia 31 de dezembro de cada ano. Chama-se ainda a atenção para o facto de, eventualmente, ser necessário, até aprovação desta Informação Técnica, efetuar despesas urgentes e necessárias dentro das rubricas previstas. Assim, solicita autorização superior para que, apenas em caso de necessidade, as mesmas sejam pagas aos funcionários em causa.

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade a proposta apresentada.



**Proposta n.º**

**06**

**Registo n.º**

Interno

266/2021

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Propostas de ação – Projeto de Valorização do Rio Tejo – Informação interna n.º 266/2021

O secretário executivo esclareceu que na sequência das últimas reuniões em que foi acordado procedermos à valorização do rio Tejo, através da elaboração de uma candidatura, no sentido de obtermos uma classificação junto da Unesco, Candidatura a “Paisagem Cultural”, foram entretanto delineadas algumas formas de procedimento.

Aquilo que estamos a ponderar fazer para já é a elaboração de um histórico e cronograma de todas as ações afetas ao rio Tejo até 2021, que sirva de base, de estudo e de sustentação aos projetos e ações concretas a encetar em 2021. A criação de uma rede de parceiros que seja um fórum de discussão, uma comissão de acompanhamento de todos os projetos destinados à revitalização do rio e uma voz ativa que se pronuncie e chame a atenção para os problemas mais prementes. Prevê-se também a criação de um espaço online, agregado ao site da CIM do Médio Tejo, que tenha dois objetivos: seja um espaço de comunicação, divulgação do projeto e uma porta de entrada a todas as ações que se estão a efetivar no rio, bem como que contenha um eventual fórum de discussão, onde seja possível trocar impressões e discutir os assuntos inerentes ao tema em questão junto da rede de parceiros.

Está em cima da mesa a seguinte proposta de ação:

**1.º Passo** – Constituição de uma rede, que envolva entidades públicas, privadas, o tecido associativo e todos os interessados nesta temática de modo a que seja possível valorizar o Tejo em vários domínios e, ao mesmo tempo, fazer desta rede uma Voz Ativa para os problemas mais prementes, que o Tejo enfrenta.

**Entidades a considerar:** CIM do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo, do Alto Alentejo, da Beira Baixa e da Área Metropolitana de Lisboa e seus municípios ribeirinhos, Empresa Portuguesa das águas Livres (EPAL), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo (DRAPLVP) Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH), Entidades Regionais de Turismo (ERT's), Regantes, Pescadores, Náutica Comercial, Marítimo-Turística, Náutica de Recreio, Entidades Fiscalizadoras e



Abraantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

Policías, Instituto Hidrográfico, Especialistas em Gestão de Recursos Hídricos e de Projetos de Navegabilidade no Tejo, entre outras que se estejam ligadas à temática;

**2.º Passo** – Iniciar contactos com a Comissão Nacional da Unesco, para esclarecimentos e aconselhamentos, sobre que tipo de classificação se poderá obter e para a elaboração de um programa de ação, por exemplo a “Paisagem Cultural”;

**3.º Passo** – Criação de espaço no site desta CIM de promoção da Valorização do Tejo, espaço de comunicação, divulgação do projeto e uma porta de entrada a todas as ações que se estão a efetivar no rio, bem como que contenha um eventual fórum de discussão entre os parceiros da rede.

**4.º Passo** – Elaboração de um plano para a promoção de atividades de animação ribeirinha, para atrair as populações ao rio Tejo e para tornar este recurso um atrativo turístico. Pretende-se a valorização do rio, das suas margens e da sua envolvimento com as comunidades. Para este fim, a CIM do Médio Tejo tem a intenção de proceder à contratação de uma consultoria especializada. Face ao exposto, submete-se à consideração superior aprovação das propostas de ação no âmbito da Valorização do Tejo.

Após estes considerandos, foi referida a importância de que deverão ser considerados para além dos municípios ribeirinhos os municípios abrangidos pela bacia hidrográfica do Tejo, e as seguintes entidades TejoAmbiente, Águas do Ribatejo e a Geo Parque do Tejo. Por outro lado, os contactos a encetar com a Comissão Nacional da UNESCO deverão ser tidos muito em consideração para que nos possam apoiar na questão do enquadramento desta candidatura.

Foi acordado na próxima reunião, caso tenhamos mais desenvolvimentos nesta matéria de remeter novamente este assunto para discussão.



<b>Proposta n.º</b>	<b>07</b>	<b>Registo n.º</b>	Interno	282/2021
---------------------	-----------	--------------------	---------	----------

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta de adjudicação e minuta de contrato para aquisição de serviços de Saúde no Trabalho pela CIM do Médio Tejo em conjunto com os Municípios e Entidades aderentes - relatório final para efeitos de adjudicação e aprovação da minuta de contrato - CPG/21/2020 – Consulta prévia para Aquisição de Serviços de Saúde no Trabalho – 2021/2022 | Informação interna n.º 282/2021

O Conselho Intermunicipal aprovou por unanimidade proceder à adjudicação para prestação de serviços de saúde no trabalho, a ser deliberado conjuntamente por todos os Municípios/Entidades aderentes, bem como aprovou a minuta de contrato de prestação de serviços de saúde no trabalho. O secretário executivo deu conta que iríamos recolher junto de todos a assinatura digital do documento em causa.



## RATIFICAÇÕES

<b>Proposta n.º</b>	<b>08</b>	<b>Registo n.º</b>	Interno	248/2021
---------------------	-----------	--------------------	---------	----------

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da informação interna n.º 248/2021: Definição da rede de oferta de serviços essenciais de transporte público no Médio Tejo no âmbito do Despacho 3547-A/2020, a funcionar a partir de dia 22 de janeiro de 2021, até data a definir, considerando o período de confinamento geral obrigatório e de encerramento das escolas, no contexto da pandemia COVID-19

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade a informação interna n.º 248/2021: Definição da rede de oferta de serviços essenciais de transporte público no Médio Tejo no âmbito do



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

Despacho 3547-A/2020, a funcionar a partir de dia 22 de janeiro de 2021, até data a definir, considerando o período de confinamento geral obrigatório e de encerramento das escolas, no contexto da pandemia COVID-19



<b>Proposta n.º</b>	<b>09</b>	<b>Registo n.º</b>	Email	02/01/2021
---------------------	-----------	--------------------	-------	------------

Subscrita pelo Secretário Executivo Intermunicipal

Proposta para ratificação da Consulta Escrita 01/2021 ao Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo | Aprovação da Minuta de Aviso Programa de Apoio à Produção Nacional

O Conselho Intermunicipal ratificou por unanimidade o email de 02/01/2021 enviado a todos os presidentes referentes à Consulta Escrita 01/2021 ao Conselho Intermunicipal da CIM Médio Tejo | Aprovação da Minuta de Aviso Programa de Apoio à Produção Nacional.



A Presidente da CIM do Médio Tejo

Anabela Gaspar de Freitas

A Técnica Superior

Rita Silva Vaz Neto Homem da Trindade